



ISSN:2763-5716

POLIGES

Revista de Políticas Públicas e  
Gestão EducacionalITAPETINGA,  
2024

## OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS ENTRE EDUCANDOS E EDUCADORES

THE IMPACTS OF THE COVID-19 PANDEMIC ON EARLY EARLY EDUCATION:  
CHALLENGES BETWEEN EDUCATORS AND EDUCATORS

LOS IMPACTOS DE LA PANDEMIA COVID-19 EN LA EDUCACIÓN TEMPRANA:  
DESAFÍOS ENTRE EDUCADORES Y EDUCADORES

**Silvano da Conceição**

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3577-2268>

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) - Brasil

**Naiane Machado Alves**

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0005-0642-1492>

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil

**Michelle Almeida de Queiroz**

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0003-4310-4259>

Secretaria Municipal de Educação (SMEC) - Lajedo do Tabocal - Bahia - Brasil

**Paulo Marcio Santos de Queiroz**

ORCID iD: <http://orcid.org/0009-0005-1795-8148>

Universidade Católica do Salvador (UCSAL) - Bahia - Brasil

**DOI: 10.22481/poliges.v5i1.14781**

**Resumo:** O presente estudo discute os impactos do Covid-19 na Educação Infantil que, no ano de 2020, obrigou o fechamento de escolas como meio de proteção para discentes, funcionários e docentes. Diante de tal medida, fez-se necessário desenvolver uma rápida e temporária alternativa, que ficou conhecida como Ensino Remoto. Do ponto de vista metodológico, utilizamos o método de revisão narrativa, com a seleção de trabalhos que tratavam especificamente do tema proposto, cotejando com informações da legislação educacional brasileira. Os principais trabalhos, que orientaram as reflexões propostas no textos foram: Previtali e Fagiani (2021), Carvalho, David e Vasconcelos (2021), Cabrito (2021), Hage e Sena (2021) e Linhares e Enumo (2020). Este estudo permitiu compreender que o Ensino Remoto evidenciou várias problemáticas e desigualdades existentes no país que dificultam a garantia de uma educação de qualidade para todos, especialmente na educação infantil e entre estudantes mais pobres.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Impactos; Covid-19; Educação

**Abstract:** This study discusses the impacts of Covid-19 on Early Childhood Education which, in 2020, forced the closure of schools as a means of protecting students, staff and teachers. Faced with such a measure, it was necessary to develop a quick and temporary alternative, which became known as Remote Teaching. From a methodological point of view, we used the narrative review method, with the selection of works that specifically dealt with the proposed topic, comparing it with information from Brazilian educational legislation. The main works that guided the reflections proposed in the texts

were: Previtali and Fagiani (2021), Carvalho, David and Vasconcelos (2021), Cabrito (2021), Hage and Sena (2021) and Linhares and Enumo (2020). This study allowed us to understand that Remote Education highlighted several problems and inequalities that exist in the country that make it difficult to guarantee quality education for everyone, especially in early childhood education and among poorer students.

**Keywords:** Early Childhood Education; Impacts; Covid-19; Education

**Resumen:** Este estudio analiza los impactos de Covid-19 en la Educación Infantil que, en 2020, obligó al cierre de escuelas como medio para proteger a los estudiantes, el personal y los docentes. Ante tal medida, fue necesario desarrollar una alternativa rápida y temporal, que pasó a conocerse como Enseñanza Remota. Desde el punto de vista metodológico, utilizamos el método de revisión narrativa, con la selección de trabajos que abordaron específicamente el tema propuesto, comparándolo con informaciones de la legislación educativa brasileña. Las principales obras que guiaron las reflexiones propuestas en los textos fueron: Previtali y Fagiani (2021), Carvalho, David y Vasconcelos (2021), Cabrito (2021), Hage y Sena (2021) y Linhares y Enumo (2020). Este estudio permitió comprender que la Educación a Distancia puso de relieve varios problemas y desigualdades que existen en el país que dificultan garantizar una educación de calidad para todos, especialmente en la educación infantil y entre los estudiantes más pobres.

**Palabras clave:** Educación Infantil; Impactos; COVID-19; Educación

## Introdução

Em março de 2020, mediante o cenário da Pandemia da Covid-19, o Ministério da Educação (MEC), por meio da portaria nº 343, de 17 de março de 2020, autorizou que as aulas presenciais fossem substituídas pelo modelo remoto nas instituições de ensino superior e, pouco depois, para a educação básica. As autorizações deveriam durar apenas um mês, porém, foram prolongadas por meses, se estendendo até 31 de dezembro de 2021.

Pouco mais de um ano após a autorização, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) revelou os primeiros dados, os quais mostravam os impactos gerados pelo vírus. A pesquisa *Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil*, que contempla toda a educação básica, aponta que 9 em cada 10 escolas (90,1%) não retornaram às atividades no modelo presencial no ano letivo de 2020.

Os dados publicados pela Agência Senado, comparando o fechamento de escolas da rede públicas e privadas, indicaram que as desigualdades socioeconômicas do país se espelharam na educação durante o período pandêmico. No ano de 2020, os dados apontaram que na rede privada 70,9% das escolas ficaram fechadas, enquanto que na rede pública 98,4% das escolas federais, 85,9% das escolas estaduais e 97,5% das escolas municipais, ficaram fechadas.

Mesmo que a Constituição Federal (1988) preceitue que a educação seja ofertada com qualidade e socialmente referenciada, para garantir o padrão de qualidade também exigido pela atual LDB 9394/1996, é sabido que o fechamento

das escolas, como meio de proteção para docentes e discentes reverberou na necessidade de desenvolver o ensino remoto. A partir disso, as inconsistências e ausência de padronização desse ensino evidenciaram as desigualdades socioeconômicas do país, uma vez que, para crianças oriundas de classes sociais de maior poder aquisitivo houve menos dificuldades para a continuidade do processo educacional. Na outra ponta do processo, crianças dos estratos mais baixos da população enfrentaram maiores dificuldades para a continuidade dos estudos, levando em conta que, em geral, essas crianças não possuíam nem um ambiente adequado nem material tecnológico para assistir as aulas ou fazer as atividades prescritas pelo professor.

Desta forma, para crianças de baixa renda, o acesso às ferramentas necessárias para a educação digital revelou-se escasso. Portanto, há dificuldade quanto à aquisição de dispositivos conectáveis à internet, ou seja, o número de aparelhos por família é reduzido, o que influencia também o tempo que a criança dispunha para assistir as aulas, visto que é necessário dividir o uso do aparelho.

Por todos esses elementos se faz necessário refletir sobre o direito a educação de qualidade na rede pública de ensino durante a pandemia, tendo como objetivo estudar os principais impactos do Covid-19 na educação pública.

Quanto à justificativa da escolha deste tema, destacamos a importância de garantir o exercício pleno dos direitos de todos, inclusive das crianças, independentemente de sua classe social. Nesse estudo, a metodologia empregada foi o método de revisão de literatura, com abordagem metodológica integrativa, o qual visa buscar, avaliar, sintetizar e analisar estudos já existentes a respeito da educação pública durante a pandemia.

## **Metodologia**

No que tange à coleta de dados, foi realizada uma revisão sistemática da literatura junto ao banco de dados das bibliotecas eletrônicas *Scielo* e *Google Acadêmico*, com o objetivo de identificar os estudos realizados e publicados sobre os impactos, na educação pública, do Covid-19. Cotejamos as discussões dos textos com as informações encontradas na legislação educacional do país, na UNESCO e nos dados da PNAD Contínua do IBGE, divulgados em uma Nota Técnica do Todos Pela Educação (2022), buscando compreender de que maneira a Pandemia da Covid-19 impactou na educação infantil do país.

De acordo com Gomes e Caminha (2014), a revisão de literatura (ou revisão narrativa) é sempre recomendada para o levantamento da produção científica disponível e para a (re)construção de redes de pensamentos e conceitos, que articulam saberes de diversas fontes na tentativa de trilhar caminhos na direção daquilo que se deseja conhecer.

Este método, ainda pode ser descrito como sendo publicações vastas apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou “estado da arte” a respeito de uma temática, do ponto de vista teórico ou conceitual. Sendo assim, são textos que constituem a análise da literatura científica na interpretação e análise crítica do(a) autor(a).

Foram escolhidos os trabalhos que se enquadravam nos critérios estabelecidos na pesquisa, a saber, publicações (de acesso gratuito) feitas entre os anos de 2020 e 2021 e que estivessem dentro da temática impactos do Covid-19 na educação básica, educação pública e pandemia. Optamos por não incluir as produções fora da temática abordada ou do período destacado. Ao fim, oito publicações foram selecionadas e, após realizar a leitura dos resumos, três das publicações foram descartadas por não tratar especificamente da temática desse estudo. Portanto, restaram cinco publicações para a realização da pesquisa: Previtali e Fagiani (2021), Carvalho, David e Vasconcelos (2021), Cabrito (2021), Hage e Sena (2021) e Linhares e Enumo (2020).

## **Desigualdades sociais e educacional e a Pandemia**

Diante da necessidade de atender as medidas de distanciamento social, durante a pandemia da Covid/19, desafios gigantescos começaram a emergir no setor educacional, sendo que um deles consistia em assegurar a continuidade das aulas de maneira não presencial, sem prejuízo da qualidade. Previtali e Fagiani (2021) frisaram que a adoção da modalidade do ensino remoto se deu num contexto em que 55,9% dos lares particulares no país não tinham computadores e, dentre aqueles que possuíam internet, 99,2% o faziam apenas pelo celular (IBGE, 2020). Neste sentido, nem todos tinham de fato acesso a ferramentas que viabilizasse de fato o direito a educação.

De acordo com dados da Pesquisa TIC Domicílios (CETIC. BR, 2020), divulgada em agosto de 2019, que afirmava que 70% da população brasileira

possuía acesso à internet, sendo o celular o meio mais utilizado por 97% dos usuários. Nos territórios urbanos, 74% tinham conexão à internet, enquanto nos territórios rurais, esse número não ultrapassava 49%.

Nas camadas mais pobres de toda a população, 48% estavam conectados à rede, embora o número de domicílios sem acesso à conexão, em todo o país, fosse de 46,5 milhões. Cerca de 43% das escolas localizadas na zona rural ainda não tinham acesso à internet.

Segundo a Agência Brasil (2020), tomando como base os dados da pesquisa Tic Kids online de 2019, 4,8 milhões de crianças e adolescentes em todo o Brasil não tinham acesso à internet e havia um amplo contingente com acesso precário ou falta de equipamento necessário, a exemplo de um computador. Nos territórios rurais, 25% das crianças e adolescentes não possuíam acesso à internet, sendo que nas regiões Norte e Nordeste, esse percentual era de 21% e, entre os domicílios das classes D e E, 20%. Neste sentido, Carvalho, David e Vasconcelos (2021), corroboram que no Brasil as desigualdades entre o sistema privado e público, urbano e rural de ensino são evidentes.

Ainda, segundo Hage e Sena (2021), um grande obstáculo enfrentado durante a pandemia na educação foi a situação precária das escolas públicas situadas nos territórios de comunidades quilombolas, indígenas, tradicionais e camponesas, que apresentavam infraestrutura, condições e materiais escassos, com pouca ventilação, banheiros sem higienização, falta de material para limpeza, falta de água potável, de equipamentos e outros insumos, necessários para a concretização das atividades educativas. Dentre essas ausências, é destacado o acesso à rede de internet, computadores, energia elétrica, necessários para que o ensino remoto de fato ocorresse e que a educação fosse ofertada com qualidade socialmente referenciada, para garantir o padrão de qualidade exigido tanto pela atual LDB (1996).

Desta maneira, a partir de reflexões realizadas com base no debate nacional e local sobre o papel da Educação durante a pandemia, é notório que as orientações definidas pelos órgãos de gestão pública (MEC e Secretarias Estaduais e Municipais) e de controle social das políticas educacionais (Conselho Nacional de Educação e Conselhos Estaduais e Municipais), neste período emergencial, apresentaram soluções burocráticas e padronizadas.

As orientações e soluções apresentadas por esses órgãos seguiram ignorando que a educação brasileira é constituída de uma pluralidade de contextos socioculturais definidos pelas diversidades econômicas, geográficas, climáticas, históricas, sociais e culturais, entre outras, que são próprias de um país com as dimensões do Brasil.

Em outras palavras, as soluções apresentadas pelos órgãos de gestão pública e de controle social das políticas educacionais, em grande parte, possuíam caráter profundamente excludente e potencialmente produtor de desigualdades educacionais em relação às crianças, adolescentes, jovens e adultos das classes trabalhadoras e populares que estudam nas escolas públicas.

### **Reflexos da Pandemia na aprendizagem**

Na educação, assim como em outras esferas sociais, a pandemia deixou suas marcas. De um dia para o outro, creches, escolas e todos os estabelecimentos de ensino, públicos e privados, de todos os níveis de ensino, foram fechados. Mais de 2 milhões de crianças e jovens ficaram em casa e o ensino ajustou-se ao Ensino Remoto e o espaço da sala de aula deu origem a uma multiplicidade de “espaços de aprendizagem (Nóvoa; Alvim, 2020). O cenário pandêmico demandou adaptações urgentes tanto para os professores como também para os estudantes e o ensino remoto foi à alternativa possível para a continuação do ano letivo. (Brito, 2023, p. 27)

Tal como destacado no trecho anterior, inesperadamente, a casa dos discentes e docentes se tornou a escola e os professores tiveram que reinventar a maneira de dar aulas. As aulas passaram a ser gravadas ou em transmissão online, que eram assistidas na televisão ou em celulares. Isso ocasionou, na prática, uma perda de contato diário de interação e socialização entre discentes e docentes.

Na sua relação com os professores, o ensino de contato professor/aluno de 20 horas por semana passou para um ensino de contato de apenas 1 hora por semana. Assim, de acordo com Cabrito (2021), as crianças do Ensino Básico, crianças dos 6 aos 10 anos, ficaram entregues a uma “aprendizagem” autônoma, via televisão ou celular sem qualquer espécie de interação e a casa virou escola.

De acordo com Previtali e Fagiani (2021), a suspensão das atividades presenciais acarretou prejuízos para toda a comunidade escolar, envolvendo famílias, discentes e os profissionais da Educação Básica exatamente porque impediu a interação social essencialmente humana, isto é, fundada no trabalho

coletivo e criador de coisas úteis. Uma vez que o ser humano precisa interagir para se desenvolver, e isso ocorre na relação/interação com o outro, a escola é um local privilegiado para que esse desenvolvimento ocorra, oportunizando um espaço de sociabilização e aquisição do saber científico-cultural sistematizado.

Para Linhares e Enumo (2021), o distanciamento social provocou, além de grandes perdas no processo de ensino-aprendizagem, a privação das interações entre as crianças, momentos em que ocorrem aprendizados significativos para o desenvolvimento humano. Um exemplo dessas perdas são as experiências lúdicas compartilhadas, que implicam em interações proximais face a face, cooperação, convivência com as diferenças, espera da sua vez, exercício de controle de impulsos, entre outras habilidades fundamentais para a vida adulta.

De acordo com as autoras citadas anteriormente, com a determinação do distanciamento social, houve novos e grandes desafios para as famílias, tais como: convivência próxima por mais tempo; falta da rotina de ir a escolas, creches, núcleos assistenciais, esporte e lazer; trabalho realizado à distância dos pais; reorganização do ambiente físico para atender as demandas de trabalho, estudo e brincadeiras; sobrecarga de trabalho doméstico; instabilidade no emprego, desemprego e problemas financeiros; separação de familiares, entre outros. Esses novos desafios reverberaram em problemas já existentes nos núcleos familiares, sobretudo, naqueles que apresentam maior vulnerabilidade psicossocial.

Ainda neste assunto, Carvalho, David e Vasconcelos (2021), destacam que o ensino remoto causou um acúmulo de responsabilidades dentro dos lares, fazendo com que pais e responsáveis dividissem sua atenção entre afazeres domésticos e a educação dos filhos. Isto desencadeou outro problema, a falta de acompanhamento das atividades desenvolvidas em casa, uma vez que os pais, principalmente, de crianças de baixa renda, enfrentaram enormes dificuldades para auxiliar seus filhos na realização de tarefas que a escola enviava, ou porque não dispunham dos conhecimentos requeridos para tal acompanhamento ou porque saíam para alguma forma de sustento para a família.

Neste sentido, de acordo com Previtalli e Fagiani (2021), a Educação Básica é individualmente atingida, pois se trata do processo de ensino-aprendizagem de crianças e jovens dos 4 aos 17 anos. Fagiani (2018) considera essa etapa educacional decisiva para o processo formativo do ser humano, sendo os

estudantes dependentes das orientações dos professores, especialmente nos anos iniciais, que inclui a fase de alfabetização.

De acordo com uma Nota Técnica, publicada em fevereiro de 2022 pela ONG Todos pela Educação – a partir de uma pesquisa feita pelo IBGE, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), de 2012 a 2021 –, a pandemia da Covid-19 impactou negativamente na alfabetização de crianças de 6 e 7 anos de idade, elevando em 66,3% o número de crianças que não sabem ler e escrever entre 2019 e 2021 (de 1,4 milhão de crianças em 2019 para 2,4 milhões em 2021). Em números absolutos isso equivale a um aumento de um milhão de crianças afetadas diretamente pelo fechamento total, ou parcial, das escolas brasileiras durante a Pandemia da Covid-19.

Outro destaque a ser considerado na pesquisa em questão é que as crianças mais pobres representaram, em 2021, 51% daquelas que não sabiam ler e escrever, ou seja, um salto de 11,3% em relação aos dados de 2020 e de 17,4% em relação a 2019. Por outro lado, o percentual de crianças mais ricas que não sabem ler nem escrever sofreu um aumento de 5,2%, no período compreendido de 2019 a 2021, e uma redução entre 2020 e 2021, passando de 17,4% para 16,6%, respectivamente.

Portanto, os dados corroboram para afirmarmos que a pandemia escancarou os efeitos das desigualdades socioeconômicas entre famílias de maior e menor poder aquisitivo, seja na sua capacidade para apoiar os filhos nos estudos seja na sua capacidade financeira para garantir os materiais didáticos necessários naquele momento.



**Gráfico 1:** Percentual de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever, de acordo com o quartil de renda domiciliar per capita do domicílio. Brasil, de 2012 a 2021.



**Fonte:** IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação (2022, p. 07).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) preceitua que o foco dos trabalhos pedagógicos, nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, deve ser a alfabetização, tendo em vista que as crianças devem aprender o sistema de escrita alfabética em conjunto ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e escrita. A não alfabetização na idade certa pode causar danos imensos em suas aprendizagens futuras que, conseqüentemente, eleva também o percentual de reprovações, abandonos/evasões escolar.

De acordo com a UNESCO<sup>1</sup>, até setembro de 2021, mais de 117 milhões de estudantes, mundo afora, estavam sendo afetados pelo fechamento das escolas, cerca de 7,5% da população estudantil mundial. Segundo Linhares e Enumo (2020) a educação à distância priva a criança de experiências concretas em um espaço coletivo compartilhado e de relações proximais. Neste sentido, a escola representa muito mais do que um espaço de aprendizado, ela também é o primeiro ambiente, depois da família, em que as crianças dão continuidade ao convívio social e onde recebem os demais estímulos necessários para se desenvolverem. A escola é o espaço que faz a junção de vários aspectos da vida da criança, sejam eles físicos, emocionais, cognitivos, sociais, afetivos, dentre outros.

A educação infantil é fundamentalmente reconhecida no Brasil e amparada por legislações e documentos norteadores que intensificam essa etapa de formação

<sup>1</sup> Matéria lançada em 22 de Setembro de 2021. Site: <https://www.unesco.org/pt/articles/unesco-avisa-que-em-todo-o-mundo-117-milhoes-de-estudantes-ainda-estao-fora-da-escola>.

como sendo histórica e respeitosa, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil,

[...] sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2010, p. 12).

As instituições responsáveis pela Educação Infantil precisam ser pensadas como sendo um espaço de aprendizagens, de modo a intensificar a criação, as brincadeiras e a interação entre as crianças. Nesse sentido, “a escola, para a infância, precisará constituir-se nesse tempo e espaço transformando o lugar em sentidos, de construção de identidades” (Redin, 2007, p. 17). É neste sentido que devemos pensar as crianças enquanto responsabilidades sociais, tanto das famílias, quanto do Estado e da sociedade. Todos têm responsabilidades com as crianças e adolescentes na nossa sociedade.

Segundo Pavitali e Fagiani (2021) a educação escolar é um instrumento formador e de expressividade sociocultural e não pode ser vista dentro de limites fechados e de forma isolada da sociedade. Afinal, é na escola que as crianças aprendem, interagem com outras crianças e adultos, que também serão referência para elas, além de ser um espaço onde brincam, se alimentam e se sentem protegidas. Assim sendo, o fato de terem ficado longe da escola por tanto tempo fez com que as crianças ficassem expostas e vulneráveis, o que impacta negativamente no desenvolvimento integral e, conseqüentemente, no futuro das mesmas.

Sendo assim, foi possível observar que os impactos da Covid-19 na educação se evidenciam cada vez mais e a situação é preocupante, sobretudo na Educação Infantil e entre estudantes mais pobres. É importante destacarmos a percepção de Hage e Sena (2021) sobre esses impactos, explicitando que mesmo atingindo toda a sociedade brasileira e mundial, a Pandemia da Covid-19 revelou um quadro dramático em escala global, mas seus efeitos não afetam todas as pessoas da mesma forma. As populações mais vulneráveis são, obviamente, mais gravemente atingidas e as conseqüências ainda são impossíveis de serem mensuradas.

## Considerações finais

Ao longo do texto procuramos evidenciar os impactos negativos da Covid-19 na alfabetização de crianças de 6 e 7 anos de idade. Os dados analisados nos evidenciaram que tivemos um significativo aumento do número de crianças que não sabiam ler e escrever, um salto de 11,3% em relação aos dados de 2020 e de 17,4% em relação a 2019. Esse dado, por si só, denuncia uma enorme dificuldade dessas crianças acessarem o direito à educação, pois tal como os dados também mostraram, o acesso à internet resolvia parcialmente as dificuldades dos estudantes às aulas, pois muitos acessavam via celular, um equipamento inadequado para o acompanhamento ideal das aulas.

Por meio deste estudo foi possível observar que os dados oficiais evidenciam os desafios que a Educação brasileira vem enfrentando e ainda enfrentará em decorrência dos efeitos da pandemia da Covid-19.

No que tange a educação, o contexto pandêmico revelou as precárias ou inexistentes condições de acesso à educação bem como, a falta de uma verdadeira responsabilidade com o sistema educacional público de qualidade, evidenciando problemáticas já existentes na sociedade brasileira. Essas desigualdades ficaram evidentes quando os dados apontaram que as escolas públicas e rurais tiveram maiores dificuldades em seguir as aulas na modalidade de ensino remoto, ocasionando uma exclusão social e educacional de diversos estudantes, face às desigualdades em relação ao acesso às tecnologias que garantiriam a realização das atividades.

No comparativo dos impactos da Covid-19 entre crianças mais ricas com as mais pobres os dados indicaram os reflexos das desigualdades socioeconômicas, diante de um quadro de pandemia, afinal as crianças mais pobres representaram a maioria daquelas que não sabiam ler e escrever.

Desta maneira, mesmo que os impactos da Covid-19 tenham atingido a população brasileira e mundial, revelou-se que seus efeitos não afetaram as pessoas de maneira uniforme, sendo a população mais pobre muito mais afetada, refletindo um cenário anterior à própria Pandemia, de invisibilidades de determinados grupos sociais.

Por esse motivo, destacamos a necessidade de se repensar o papel do Estado na garantia de uma educação igualitária e de qualidade para todos. É

importante ressaltar que a equidade em uma educação para todos depende de políticas públicas efetivas de democratização, que consigam abranger os diversos contextos existentes no Brasil, com ou sem emergência. Para tanto, as ações presentes e futuras do Poder Público nas esferas municipal, estadual e federal são fundamentais para a mitigação de tantos efeitos negativos.

## Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Câmara Federal, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. 104.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf).

BRASIL. Agência Senado. **Pandemia acentua déficit educacional e exige ações do poder público**. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/pandemia-acentua-deficit-educacional-e-exige-acoes-do-poder-publico>.

BRITO, K. R. L. A. **Pandemia e Experiências Formativas e auto-formativas entre docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental de Vitória da Conquista/BA**. 2023. 123 f. Dissertação de Mestrado em Ensino - Programa de Pós-Graduação em Ensino (Mestrado), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023. Disponível em:

<http://www2.uesb.br/ppg/ppgen/wp-content/uploads/2023/12/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Karla-Rejane.pdf>

CARVALHO, T.C. D. C.V; DAVID, P.B; VASCONCELOS, F. H. L. Percepções sobre as Políticas Públicas de Inclusão Digital na Educação Básica durante a Pandemia da Covid-19: uma análise bibliográfica. **Conexões, Ciência e Tecnologia**. Fortaleza/CE, v.15, 01-11, e021025, 2021.

FAGIANI, Cílon César. **Brasil e Portugal**: qual a formação do jovem trabalhador no século XXI? Uberlândia: Navegando. 2018.

GOMES, I. S; CAMINHA, I.O. **Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as Ciências do Movimento Humano.** Movimento, Porto Alegre, v. 20, n. 01, p. 395-411, jan/mar de 2014.

HAGE, S. A; SENA, I. P. F. S. **DIREITO À EDUCAÇÃO NA PANDEMIA:** Defender a vida e não as prescrições curriculares da BNCC. Revista Espaço do Currículo, v. 14, n. 2, p. 1-14, 2021.

LINHARES, M. B. M., & ENUMO, S. R. F. (2020). **Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil.** Estudos de Psicologia (Campinas), 37, e200089. p. 1-14.

NOTA TÉCNICA: **Impactos da pandemia na alfabetização de crianças.** Disponível em:

<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/02/digital-nota-tecnica-alfabetizacao-1.pdf>

NÓVOA, António; ALVIM, Yara. **Nada é novo, mas tudo mudou:** Um ponto de vista sobre a escola do futuro, Perspectivas, n. 2020, pág. 1 a 7 de 2020.

PREVITALI, F. S; FAGIANI, C. C. **Educação Básica sob a Pandemia Covid-19 no Brasil e a Educação que convém ao Capital.** RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade, Vol. 6, nº 11, p. 499-518, jul.-dez./2021.

REDIN, Marita Martins (Orgs.). **Infâncias:** cidades e escolas amigas das crianças. Porto Alegre: Mediação, 2007. p.14-84.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Nota Técnica: Impactos da Pandemia na Alfabetização de Crianças,** 2022. 10p.

UNESCO. Education: From COVID-19 school closures to recovery. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/covid-19/education-response>. Acesso em: 03/04/2024.

UNESCO. **UNESCO avisa que, em todo o mundo, 117 milhões de estudantes ainda estão for da escola.** Disponível em:

<https://www.unesco.org/pt/articles/unesco-avisa-que-em-todo-o-mundo-117-milhoes-de-estudantes-ainda-estao-fora-da-escola>. Acesso em: 02/02/2024.

## SOBRE O(A)S AUTORE(A)S

**Silvano da Conceição**

Professor Titular do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Docente do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEn), ambos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Possui, Graduação em Ciências Sociais, Mestrado em Ciências Sociais (com ênfase em Relações Sociais, Poder e Cultura) e Doutorado em Sociologia, todos pela Universidade Federal de São Carlos. Foi Coordenador do Subprojeto Interdisciplinar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência na Linha de Ação em Educação do Campo, em convênio com a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PIBID UESB/CAPES). Atualmente desenvolve pesquisas nos seguintes temas: cultura e diversidade, currículo, diversidade étnico-racial, formação docente, educação do campo, políticas públicas e identidade. Correio eletrônico: [sconceicao@uesc.br](mailto:sconceicao@uesc.br)

**Naiane Machado Alves**

Especialização em Gestão Pública Municipal - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Correio eletrônico: [naianemachadoalves@gmail.com](mailto:naianemachadoalves@gmail.com)

**Michelle Almeida de Queiroz**

Especialista em Ensino de Geografia pela Faculdade Única de Ipatinga. Graduada em Geografia pela Universidade Pitágoras Unopar. Professora da rede pública municipal de Lajedo do Tabocal – Bahia. Correio eletrônico: [malmeidadequeiroz@gmail.com](mailto:malmeidadequeiroz@gmail.com)

**Paulo Marcio Santos de Queiroz**

Mestre em Planejamento Ambiental pela Universidade Católica de Salvador-UCSAL. Especialista em Metodologia do Ensino Superior. UESB. Licenciado em Geografia pela UESC. Licenciado em Ciências Sociais UESB. Correio eletrônico: [paulomarcio53@hotmail.com](mailto:paulomarcio53@hotmail.com)

Recebido em: dia de mês de ano: 3 de maio de 2024

Aprovado em: 07 de junho de 2024

Publicado em: 30 de junho de 2024